

Ascensão e queda da nova matriz econômica

A nova matriz econômica, apresentada com pompa e circunstância pelo ministro Guido Mantega e pela equipe econômica no início do governo da presidente Dilma Rousseff, tornou-se a “Geni” do momento político brasileiro. Todos batem na nova matriz, e ninguém a defende.

A ideia básica da nova matriz era ajustar parâmetros macroeconômicos do Brasil que pareciam anômalos, como a taxa de juros reais muito alta e o câmbio muito valorizado. Como condimentos adicionais, havia uma visão mais intervencionista e protecionista da política econômica, e um realce do papel do Estado.

Os juros reais foram de fato vigorosamente derrubados, aproveitando-se a combinação de desaceleração no Brasil e a permanência do baixo crescimento no mundo rico no período pós-crise global. A dose, porém, pode ter sido excessiva, já que a inflação trafega mais próxima do teto do que do centro da meta há alguns anos. Já no câmbio, a tentativa de desvalorizar a taxa nominal acabou por piorar o cenário inflacionário no segundo semestre de 2012, um fato que foi realçado algumas vezes pelo próprio Banco Central.

A enxurrada de crédito pelo circuito Tesouro-BNDES-empresas e a agressiva política de desonerações setoriais não levaram nem a um aumento expressivo da taxa de investimentos nem à volta do crescimento da era Lula.

Num balanço geral, o lançamento da nova matriz econômica foi seguido por uma fase de baixo crescimento e alta inflação, em que apenas o mercado de trabalho ainda aquecido despenca como aspecto positivo. Não é de estranhar, portanto, que a mudança da política econômica empreendida por Dilma no início do seu mandato tenha se transformado numa órfã política.

Assim, nas últimas semanas, o país assiste a uma sucessão de pronunciamentos de políticos



e analistas de diversas correntes criticando o fim do tripé macroeconômico. É um discurso que está na boca de todos os candidatos a tentar ocupar a vaga da presidente Dilma, incluindo aqueles que dificilmente entrarão na disputa de fato, com o ex-governador de São Paulo, José Serra.

Os ataques miram especialmente a suposta leniência com a inflação do atual governo e do Banco Central, avaliação compartilhada por esta coluna. Outra crítica frequente é à expansão excessiva dos balanços dos bancos públicos, em especial do BNDES, nas asas de generosos repasses, de centenas de bilhões de reais, do Tesouro. O afrouxamento da política fiscal, finalmente, complementa a lista dos itens centrais a provocar o mau humor em relação à nova matriz.

Apesar da conhecida combatividade do grupo político à frente do Planalto desde 2003, a reação às críticas à mudança da política econômica tem

sido tímida, para dizer o mínimo. Três movimentos ajudam a explicar a impopularidade da nova matriz, que faz com que até o governo que a introduziu evite agora defendê-la.

Em primeiro lugar, há a percepção dos políticos, respaldada pela ciência social, de que a índole do povo brasileiro é ordeira. Muita heterodoxia econômica pode, a partir de certo ponto, parecer desordem. A inflação, além dos prejuízos diretos à qualidade de vida dos cidadãos, também é percebida como uma forma de “bagunça”. A maior parte da população avalia que quem pagará o pato da desorganização socioeconômica é ela própria.

O segundo ponto é que, curiosamente, não há na sociedade brasileira um grupo organizado importante que defenda a nova matriz. Em outras palavras, foram mudanças introduzidas na política econômica muito mais em função de uma visão ideológica particular do grupo no poder — ligada à discussão sobre as causas do rápido desenvolvimento dos tigres asiáticos — do que por pressão de grupos poderosos. Na verdade, há atores socioeconômicos que se beneficiaram com a nova matriz, mas nada indica que tenham sido eles a força motriz que levou à sua introdução.

A terceira razão para a reação contra a nova matriz é que essa crítica é um discurso crível e verdadeiro. As mudanças foram implantadas e o resultado prometido não foi entregue. O custo de bater na nova matriz é nulo, e sempre pode haver algum benefício.

Dessa forma, é provável que o governo tente convencer a sociedade de que nunca foi contrário ao tripé, e que tudo não passou de alguns ajustes pontuais em função da nova realidade da economia. Essa alegação seria bem reforçada se o Banco Central mostrasse um pouco mais de disposição

**A inflação, além dos prejuízos diretos à qualidade de vida dos cidadãos, também é percebida como uma forma de “bagunça”.
A maior parte da população avalia que quem pagará o pato da desorganização socioeconômica é ela própria**

de colocar a inflação no centro da meta em algum horizonte visível. Por enquanto, até onde a vista alcança, e pelas próprias simulações do BC, não há convergência naquela direção.

Um nível mais elevado da Selic, a taxa básica de juros, ajudaria o BC a convencer o mercado e a população de que a inflação vai convergir para o centro da meta. Dessa forma, ironicamente, assistimos a uma espécie de inversão na economia política. Até algum tempo atrás, pensava-se que uma Selic de dois dígitos representava uma barreira psicológica e política importante, porque os juros baixos seriam uma das grandes bandeiras eleitorais da presidente Dilma. Agora, parece que juros um pouco mais elevados são do interesse do governo, até numa análise eminentemente política. ▾

Coordenação editorial de Samuel Pessôa, pesquisador da FGV/IBRE.